

A CACHAÇA COMO ATRATIVO TURÍSTICO NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE VASSOURAS (RJ, BRASIL)

Alexandre Ferraz Pinto¹

Resumo: Essa é uma pesquisa que busca analisar a cachaça como um patrimônio alimentar e como um atrativo turístico-cultural no município de Vassouras, interior do estado do Rio de Janeiro. Utilizando metodologias quanti-qualitativas, tais como: entrevistas, observação participante, revisão bibliográfica e documental, foi possível inferir, ainda que de modo preliminar, que a consolidação da cachaça como um produto turístico é relevante para a região e que a cidade começa a colher os frutos desse investimento, principalmente por meio da afluência à Feira da Cachaça e do Encontro Anual de Colecionadores de Cachaça.

Palavras-Chave: Cachaça. Patrimônio Alimentar. Turismo Cultural. Geografia do Turismo. Vassouras.

Abstract: This article presents preliminary reflections from my masters dissertation about the touristic potential of cachaça in the city of Vassouras, in Vale do Café (Rio de Janeiro State). The research was done through the Postgraduate Program in Geography at the Federal Rural University of Rio de Janeiro (PPGEO/UFRRJ), and it is aimed at analyzing the production and commercialization of cachaça in the city of Vassouras, in the context of its relevance for cultural heritage and as a product with touristic potential. The research makes use of both qualitative and quantitative methods, such as: interviews, participant observation, and bibliographical and documental review. These methods have preliminarily confirmed that cachaça has touristic value in the Vale do Café region, and that the region is beginning to see the fruits of investing in the product, such as through hosting increasingly successful events like Feira da Cachaça (Cachaça Fair) and Encontro Anual de Colecionadores de Cachaça (Annual Meeting of Cachaça Collectors).

Keywords: Cachaça. Cultural Heritage. Cultural Tourism. Tourism Geography. Vassouras.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Introdução

Quando o Brasil criar juízo e se tornar uma potência mundial,
será a cachaça, e não o whisky, a bebida do planeta.
Sobral Pinto²

Vassouras está localizada no Centro-Sul do Estado do Rio de Janeiro, a 120km da capital e possui aproximadamente 38 mil habitantes. A cidade é reconhecida historicamente em razão da larga produção cafeeira, ao longo do século XIX, no Brasil Imperial (STEIN, 1990).

Em 2020, mudei com minha família do Rio de Janeiro para Vassouras. Havia algum tempo que desejavamos mudar para o interior, em busca de um lugar tranquilo e mais qualidade de vida e isso se acentuou com a pandemia da COVID-19. O movimento de consolidação da cidade e da região do Vale do Café como um destino turístico importante no Estado - especialmente em torno do *Vale do Café Convention & Visitors Bureau* - foi um fator decisivo para a nossa escolha.

No ano seguinte, inauguramos uma empresa de consultoria e treinamento em turismo, a Flor do Cafezal, com foco em iniciativas voltadas à consolidação do Vale como destino turístico com base no patrimônio cultural, elemento fundamental da identidade regional.

É neste contexto que a pesquisa pretende refletir a respeito das atividades do turismo cultural como um importante campo de conhecimento, valorização e preservação dos patrimônios culturais deste espaço, possibilitando, ao mesmo tempo, a diversificação e o desenvolvimento da economia regional.

Segundo a TurisRio³, o município de Vassouras está localizado no Vale do Café, uma região turística do Estado do Rio de Janeiro formada por quinze municípios que estão vinculados pela histórica produção de café, pelo conjunto arquitetônico comum ao Império, pela cultura escravista que sustentou aquela produção e pelo patrimônio cultural⁴. Na década de 1860, o Vale chegou a produzir cerca de 75% do café consumido

² Heráclito Fontoura Sobral Pinto, jurista brasileiro, 1893-1991.

³ Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro.

⁴ De acordo com a TurisRio, são seis as regiões turísticas no Estado, a saber: Metropolitana, Costa do Sol – Região dos Lagos, Costa Verde, Serra Verde Imperial, Agulhas Negras e Vale do Café.
Cf. <<http://www.turisrio.rj.gov.br/>>

no mundo, de forma que o Brasil era o líder mundial na produção e comercialização do produto. (SALLES, 2008).

Vassouras tem um vasto legado cultural que se materializa pelo conjunto urbanístico e paisagístico histórico existente até hoje na cidade, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN). A cidade possui um centro histórico com grandes palacetes e suntuosos casarões, reflexo da produção cafeeira e do trabalho da mão-de-obra escravizada. (MIRANDA, 2017).

São perceptíveis também o legado cultural advindo dos povos escravizados. Grande parte dessa história permanece viva na diversidade dos grupos e manifestações da cultura popular da cidade: jongueiros, grupos de capoeira e calangueiros dividem espaço com a Folia de Reis e grupos de Caninha Verde.

Hoje em dia, em Vassouras, há apenas um produtor de café de forma que o que se comercializa enquanto produto turístico na cidade é a história da produção cafeeira, ainda presente no conjunto arquitetônico da cidade, das fazendas e na narrativa dos empreendimentos e profissionais do turismo.

O estudo do espaço geográfico é um elemento essencial para compreender as transformações da natureza-cultura, em decorrência de movimentos sociais, econômicos, políticos, que ocorrem ao longo da História. Por isso, é fundamental que o turismo se sirva dos instrumentos da geografia para entender como as intervenções humanas impactam e transformam o espaço. (SANTOS, 2008). O pleno conhecimento do espaço permite ações de planejamento e gestão que o torne um espaço turístico viável a seus visitantes e, sobretudo, para seus cidadãos. (RUSCHMANN, SOLHA, 2006).

O diálogo entre geografia e turismo permite compreender as nuances que se desenvolvem e se consolidam no espaço vassourense em relação à produção da cachaça e seu potencial como atrativo turístico. (CRUZ, 2003)

Embora seu consumo esteja cada vez mais difundido, segundo o diretor-executivo do Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC), Carlos Lima, a bebida ainda é uma grande desconhecida da população:

"O brasileiro ainda não conhece a versatilidade, a riqueza que existe por trás da bebida. Ainda existe aquela marginalização da cachaça e um grande preconceito."⁵

Atualmente, observa-se um crescente interesse em torno dos estudos a respeito da cachaça enquanto um produto que é também considerado um patrimônio cultural, mas o tema ainda carece de pesquisas que coloquem o produto em diálogo com a Geografia e o Turismo. Nesse sentido, a escolha desse tema se dá em função da necessidade da leitura da cachaça como produto cultural e turístico, como um patrimônio cultural fundamental para a cultura brasileira e que se sobressai na cidade de Vassouras.

Assim, o objetivo geral da dissertação é analisar a produção e comercialização da cachaça, em Vassouras, como um patrimônio cultural relevante e um produto de potencial turístico, enquanto os objetivos específicos se propõem a:

- situar a importância da cachaça como um patrimônio cultural importante para o município de Vassouras com relevante potencial turístico;
- verificar as condições e as estratégias do território vassourense na divulgação e recepção dos turistas por meio de entrevistas com os produtores de cachaça da cidade;
- propor um roteiro turístico envolvendo as cachaçarias pesquisadas.

Posto isso, e com base nessas questões, a fundamentação teórica se estabelece em dois grandes eixos: Geografia, com a constituição do território turístico, ressaltando a infraestrutura básica, serviços turísticos, serviços de apoio ao turismo e o(s) atrativo(s); e a constituição do Patrimônio relacionada à prática social do turismo. A partir daí, ressalta-se a bibliografia base trabalhada em cada eixo:

- 1) Geografia e constituição do território turístico – geografia do turismo: Rodrigues (1997), Cruz (2001), Ignarra (2003), Raimundo (2009), Santos (2008); o município de Vassouras e sua história, natureza, cultura: Salles (2008), Stein (1990).

⁵ Cf. Revista Exame. "Hoje é o dia da cachaça!" Disponível em <encurtador.com.br/gxADQ>, conteúdo acessado em 12/11/2021.

2) Patrimônio, Cachaça e Turismo – apresentar a relação entre vivências, memória e a prática social do turismo: Santos (2007), Chuva (2012), Aranha (2014), Angelo (2013 e 2016), Oliveira (2017 e 2020), Vassouras e seus patrimônios: Rodrigues (2015), Miranda (2017); a cachaça e sua importância enquanto patrimônio vassourense: Almeida (2000), Algranti (2005) Braga e Kiyotani (2015), Gomes (2016).

A metodologia adotada na pesquisa alia uma análise quantitativa e qualitativa dos dados consolidados com base em entrevistas semiestruturadas com os três produtores locais de cachaça e com os participantes da quinta edição da feira da cachaça de Vassouras, a saber: dois organizadores; de seis a dez expositores; dez participantes do público em geral. Com a análise pretende-se compreender como os entrevistados percebem a cachaça e sua relevância para o município; aferir sobre a eficácia da divulgação da cachaça como produto turístico e, com base nisso, estruturar um roteiro turístico que envolva as cachaçarias vassourenses e a feira da cachaça.

Com isso, a proposta é que a dissertação seja dividida em três capítulos assim estruturados: Capítulo I - Geografia e constituição do território turístico; Capítulo II - Geografia e constituição do espaço turístico no município de Vassouras e Capítulo III - A cachaça como atrativo turístico.

No presente material de qualificação, será apresentado o segundo capítulo. Em seguida, será apresentado um plano para a dissertação com um sumário comentado. Ao final, as referências bibliográficas.

1. Turismo e patrimônio cultural em Vassouras

1.1 Turismo Cultural

A movimentação turística em torno da cachaça configura a atividade no nicho do Turismo Cultural. Tendo em vista que todas as atividades turísticas envolvem algum elemento cultural, - seja o almoço num restaurante de cultura diferente da cultura de origem ou assistir a algum espetáculo teatral, por exemplo – a Organização Mundial do

Turismo (OMT) comentou que a definição de cultura é tão complexa quanto a definição de turismo. Ainda mais ao considerar que as concepções de cultura estão cada vez mais amplas.

Por isso, a OMT propôs uma definição mais estreita, considerando o turismo cultural como aquele em que o turista se desloca motivado pela cultura, por conhecer ou acessar bens culturais. (RICHARDS, 2009). De acordo com Rolesys Izabel C. dos Santos,

o turismo cultural assenta-se justamente na busca de conhecimento de tudo aquilo que convencionamos chamar de patrimônio histórico, artístico e cultural. O patrimônio deixado por antigas civilizações continua a despertar interesse de turistas que se deslocam para todas as partes do mundo, com o objetivo de conhecê-lo, mesmo que esteja em ruínas. (SANTOS, 2001).

Em outras palavras, é o interesse por conhecer as ruínas de Machu Picchu, transitar pelas ruas de Paraty ou visitar as pirâmides do Egito que motiva o deslocamento dos turistas no Turismo Cultural. Os turistas viajam não apenas pelo que existe naqueles espaços, mas motivados por conhecer as histórias que aconteceram e existiram ali.

Segundo Margarita Barretto, Turismo Cultural é aquele em que o “principal atrativo não é a natureza, mas um aspecto da cultura humana, que pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer dos aspectos abrangidos pelo conceito de cultura” (BARRETO, 2007).

A cena cultural vem sendo muito estimulada objetivando a atividade turística na cidade de Vassouras, principalmente neste último ano, buscando uma retomada do setor em função da pandemia da COVID-19.

Ao longo de 2022, a cidade sediou um Festival de Cinema que premiou produções de diferentes regiões do Brasil, nas categorias documentário, animação e ficção. Também neste ano de 2023, aconteceu uma Feira Literária que levou à cidade autores consagrados nacionalmente, como Ruth Rocha, Ailton Krenak e Mary del Priori.

Além disso, numa iniciativa que reuniu segmentos dos setores público e privado, a cidade promoveu o primeiro Fórum do Patrimônio Cultural do Vale do Café, divulgando as iniciativas na região voltadas à conservação do patrimônio e de educação patrimonial,

bem como reivindicando ações para preservação do patrimônio edificado e imaterial.⁶ O principal objetivo do Fórum é congregar pessoas e instituições interessadas em propor uma candidatura do Vale do Café como Patrimônio Mundial da Unesco, dada a relevância do patrimônio cultural da região.

A Feira da Cachaça está inserida num contexto em que Vassouras está mobilizada para preservar e fomentar atividades culturais, voltadas para atender aos moradores e aos turistas que visitam a cidade.

Da mesma forma, o aspecto da identidade local vem sendo valorizado, seja com vistas à preservação dos modos de fazer, seja com interesses econômicos como forma de gerar renda aos fazedores de cultura, estimulando jongueiros, foliões e artesãos.

Como dito anteriormente, atualmente, a cidade tem apenas um produtor de café. No entanto, a história da cultura do café é amplamente comercializada como um produto turístico da cidade, principalmente nas fazendas históricas. Atualmente, oito fazendas oferecem atividades que vão desde a hospedagem, passando por saraus e visitas guiadas que vendem em seus pacotes a possibilidade de conhecer a cultura do café, as casas senhoriais, a cultura escravista e o baronato.⁷

⁶ A proposta é que o Fórum seja realizado anualmente e de forma itinerante, pelas cidades do Vale.

⁷ As fazendas são: São Roque, São Fernando, Santa Eufrásia, Cachoeira do Mato Dentro, Mulungu Vermelho, Fazenda do Secretário, Fazenda da Cachoeira Grande e São Luiz da Boa Sorte.

Imagem 1: Fazenda São Roque



Apresentação de maculelê, na Fazenda São Roque, para alunos do Ensino Médio, após aula sobre produção cafeeira no Brasil Imperial.
Acervo Pessoal, 2022.

Vassouras é reconhecida e associada à produção e cultura cafeeira que marcou a segunda metade do século XIX. Foi pela lei estadual 818, de 1984, que a cidade foi reconhecida como “Estância Turística”. Não à toa, o setor do turismo é incentivado pelas principais políticas vigentes no município por meio da Lei Orgânica municipal (de 1990 revisada em 2004) e do Plano Diretor Participativo (2007). Estes instrumentos estabelecem ações, eixos estratégicos e diretrizes para desenvolvimento e consolidação da atividade no município. Diante de seus patrimônios representativos de história e cultura que ajudam a compor a memória social brasileira, Vassouras se dedica a consolidar como cidade turística de segmento histórico-cultural, principalmente associando turismo e café. (GOMES, 2016).

Embora a produção cafeeira do século XIX tenha um peso relevante na concepção do turismo na cidade, outros aspectos culturais têm potencial para incrementar a atividade no município, dentre eles a produção e comercialização da cachaça.

As pessoas se deslocam na atividade turística cultural para conhecer novos lugares, outros indivíduos, costumes e tradições. Nesse sentido, o chamado turismo de experiência tem ganhado cada vez mais adeptos. Nessa modalidade, o turista pode

experimentar as especificidades do lugar, integrando sentidos e emoções. Daí, o relevante potencial do turismo da cachaça na cidade de Vassouras.

1.2 Patrimônio Cultural em Vassouras

O Turismo Cultural está intrinsecamente associado ao Patrimônio Cultural. No item anterior, destacamos os atrativos e iniciativas culturais do município que servem à atividade turística. O Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras destaca-se porque foi reconhecido como patrimônio nacional, em 1958, por meio do tombamento da área reconhecida como Centro Histórico. A atuação do IPHAN na proteção do Sítio Tombado tem como elemento guia a Portaria no 12, de 18 de setembro de 1986⁸. Organizada em seis artigos, a Portaria sistematiza a área tombada e seu entorno em três conjuntos.

O primeiro é formado pela Praça Barão de Campo Belo com o chafariz monumental e as ruas e praças marginais: Praça Eufrásia Teixeira Leite, trecho da Rua Barão de Vassouras, Rua Barão de Capivari e Rua Custódio Guimarães; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e ruas marginais: Rua Barão de Tinguá e Rua Guilherme Werneck; Praça Sebastião de Lacerda, com o chafariz de Pedro II; Rua Barão de Massambará; Praça Cristóvão Corrêa e Castro e Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, compreendendo o tombamento não só as construções públicas e particulares situadas nos referidos logradouros, mas também as peculiaridades destes e, particularmente, sua arborização (MIRANDA, 2017).

A segunda área tombada é constituída por um polígono que, partindo da confluência das Ruas Pedro Antônio e Otávio Gomes, segue por esta até a confluência com a Rua Comendador Padilha, por esta até a divisa lateral direita do nº 215, deste ponto por uma linha reta imaginária cortando a Rua Acadêmica Eliete N. Barbosa e Rua Domingos de Almeida, em seu atual limite final, alcança a Rua Santos Dumont na altura do nº 234, incluído; por esta Rua Santos Dumont até a confluência da Rua Mirena; por esta, até a confluência com o trecho final da Rua Santos Dumont; daí, segue em linha reta imaginária até a confluência das Ruas Presidente Vargas, Visconde de Araxá e Prefeito

⁸ Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_12_de_18_de_setembro_de_1986.pdf

Henrique Borges Filho, por esta, até sua confluência com a Rua Promotor Franklin, por esta, até a Rua Dr. Zamith; seguindo por esta até a confluência com a Avenida Expedicionário Oswaldo A. Ramos; por esta, até a altura do nº 79 - fundos, incluído; deste ponto, em linha reta imaginária alcança o nº 03 da Rua General Niemeyer, incluído; novamente, em linha imaginária até a Avenida Américo de Melo Afonso na divisa do nº 217, incluído; e até a confluência das Ruas Arlindo Carneiro Jordão e Zózimo Guimarães; por esta, até a confluência com a Rua Alberto Brandão; seguindo por esta e pelas Ruas José de Oliveira Cura, Barão de Cananéia, C. R. Fernandes e Ronaldo Fiúza Manhães até o atual prédio da CEDAE - Estação de Tratamento de Água -, incluído; deste ponto em linha reta imaginária até o limite posterior do terreno do Museu Casa da Hera e daí, em linha reta imaginária, até o ponto inicial, na confluência das Ruas Pedro Antônio e Otávio Gomes (MIRANDA, 2017).

Já a terceira área é composta pelos seguintes logradouros comerciais da área de entorno: Caetano Furquim, Domingos de Almeida, Expedicionário O. A. Ramos (trecho entre Dr. Fernandes e Athayde Parreiras), Praça Martinho Nóbrega, Irmã Maria Agostinha Teixeira Leite, Acadêmica E. N. Barbosa (trecho abrangido pela área de entorno), Otávio Gomes (trecho entre a Praça Martinho Nóbrega e a Rua Comandante Padilha) e Athayde Parreiras.

Na área tombada, encontram-se de bens de interesse histórico e cultural, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a Casa de Câmara e Cadeia; Palacete do Barão do Ribeirão (Fórum, Residência da Misericórdia, Asilo Barão do Amparo); casas do Barão de Vassouras e do Barão de Itambé; além das praças Sebastião Lacerda, Barão de Campo Belo, Eufrásia Teixeira Leite, Cristóvão Corrêa e Castro. Segundo a Portaria, nesta área 1 (área tombada) não pode haver parcelamento de solo.

Dentro dos limites do entorno do Centro Histórico está o Museu Casa da Hera, tombado pelo IPHAN em 1952. Construção da primeira metade do século XIX, o local era residência de Joaquim José Teixeira Leite e sua família, incluindo a filha Eufrásia Teixeira Leite, figura que decretou em seu testamento a preservação da casa na qual viveu (IBRAM, 2014).

Ainda que não sejam tombadas, outras edificações ou espaços podem ser considerados como bens de interesse para preservação, tanto na área de entorno do

conjunto tombado, como fora dela, pela sua relevância no contexto da cidade de Vassouras. São exemplos: a Antiga Estação Ferroviária, de 1914 e o Memorial Manoel Congo. Este último, apesar de ser uma construção mais recente (1996), fora área do entorno do conjunto tombado, marca a localização do antigo Largo da Forca, no bairro da Pedreira, que abrigou o pelourinho da cidade, onde aqueles considerados fora-da-lei, eram açoitados e até condenados à forca. De acordo com o Mapa da Cultura/RJ, os condenados saíam da antiga Casa da Câmara e Cadeia, contornavam a Praça Barão de Campo Belo e seguiam para o Largo da Forca, em um trajeto chamado "Caminho da Morte". Da mesma forma, a referência a Manoel Congo carrega a força do patrimônio imaterial.

Embora a cidade tenha um rico patrimônio cultural, de relevância histórica, não houve nenhum tombamento até o momento, na esfera municipal. No entanto, em 2018, a Prefeitura aprovou a lei que dispõe sobre o Patrimônio Cultural de Vassouras, incluindo o estabelecimento de processos para tombamento e registro de bens, além da criação do Departamento de Patrimônio Cultural (DEPAC) e a instituição do Conselho Municipal (COMPPCV) e o Fundo de Proteção ao Patrimônio Cultural (FUNPAC). Essas iniciativas são inéditas na região do Vale do Café.

Além do Centro Histórico, Vassouras possui outras construções remanescentes do ciclo do café: as fazendas e os locais de moradia da aristocracia cafeeira do século XIX. De acordo com o Inventário das Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense (2008/2009) há ao todo dezesseis fazendas no município de Vassouras. O documento, elaborado pelo Instituto Cultural Cidade Viva, em parceria com o Instituto Light e com a coordenação técnica do INEPAC / SEC, apresenta as fichas de Inventário de todas elas, incluindo o registro fotográfico, plantas-baixa e o estado de conservação à época, indicando algumas que já se encontravam em ruínas.

Atualmente, oito dessas fazendas estão abertas à visitação com agendamento e fazem parte de um roteiro de visitação. Marcada pela monumentalidade das casasgrandes, algumas das propriedades foram inclusive transformadas em hotéis-fazenda e

também realizam eventos fechados, festivais de música e outras atividades ao longo do ano.⁹

Além do patrimônio edificado de relevância nacional, existem em Vassouras atributos particulares e específicos de sua história que transitam das manifestações tradicionais da cultura local até a atuação e trajetória de personagens singulares que influenciaram os rumos da história regional, a exemplo de Manuel Congo e Eufrásia Teixeira Leite.¹⁰

Vassouras guarda, além da identidade imperial, também a republicana. Essa última acrescida ou enfatizada pelos aspectos de afirmação social seja das comunidades negras, seja das mulheres, o que lhe atribui um diferencial de identificação com as causas

⁹ As fazendas são: São Luiz da Boa Sorte, São Fernando, São Roque, Secretário, Mulungu Vermelho, Cachoeira do Mato Dentro, Santa Eufrásia e Cachoeira Grande.

¹⁰ Manuel Congo, ao lado de Mariana Crioula, liderou uma insurreição escrava em 1838.

Com uma das maiores populações escravizadas da região, o episódio da insurreição quilombola foi também o maior da região do Vale do Paraíba. A fuga e a fundação do quilombo em 1838, foi liderada por Manoel Congo e contou com mais de 300 escravos, incluindo figuras importantes como Mariana Crioula, considerada rainha do quilombo e escravos de outras fazendas. Segundo Vargas (2012), a insurreição refletiu numa briga política que envolvia os senhores de escravos da freguesia de Paty do Alferes e da sede de Vassouras. Como destaca Ferraro (2017), Vassouras era uma centralidade política e administrativa do Vale do Paraíba e sua sede era o espaço da autoridade estatal, expressa em sua arquitetura e nas disputas de poder das famílias da região. A operação de captura e julgamento dos foragidos foi ágil e Manoel Congo foi o único responsabilizado e condenado à morte, enquanto os demais sofreram castigos. Seu enforcamento ocorreu em 4 de setembro de 1839, no Largo da Forca. Tornou-se assim símbolo da luta pela liberdade e pelo fim da escravidão.

Em razão dos diversos desmembramentos ocorridos no Município, não há hoje registros de Comunidades Remanescentes de Quilombolas certificadas pela Fundação Palmares dentro dos limites administrativos de Vassouras. No entanto, a história dessa insurreição e a trajetória de líderes negros como Manoel Congo e Mariana Crioula estão profundamente ancoradas ao passado de Vassouras. O resgate dessas memórias traz também ao debate outras perspectivas de discussão do período do ciclo cafeeiro, para além das narrativas dominantes sobre os barões do café.

Eufrásia Teixeira Leite, pela ótica contemporânea, pode ser considerada exemplo da independência e autonomia feminina em pleno Século XIX, foi a primeira mulher brasileira a investir na bolsa de valores de Londres. (MELLO e FALCI, 2002).

Descendente de figuras como o Barão de Itambé e Barão de Campo Belo, Eufrásia Teixeira de Leite nasceu e passou sua infância na cidade. Ainda que pertencente à elite escravocrata cafeeira, grande parte do patrimônio não estava ligado às propriedades cafeicultoras e sim as residências urbanas de Vassouras, cujo domínio era majoritariamente da família Teixeira Leite (FERRARO, 2017). Com a fortuna herdada, Eufrásia não seguiu os rumos tradicionais da época, não se casou nem teve filhos. Ingressou no mundo do capital financeiro, sendo a maior parte dos seus investimentos relacionados ao mercado de títulos e de ações (MELLO e FALCI, 2002). É descrita como uma das primeiras mulheres a ingressar na bolsa de valores de Paris (IBRAM, 2014). Em seu testamento, deixou grande parte de sua fortuna para instituições de caridade, incluindo a Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, estabelecida como herdeira em última instância 108. Sua doação para a cidade de Vassouras incluiu uma série de equipamentos como o hospital Santa Casa de Misericórdia, escolas profissionais além da Casa da Hera e outros terrenos.

atuais de afirmação identitária que remetem para a defesa de direitos e, em um sentido mais amplo, a questões estruturais da sociedade brasileira. (RODRIGUES, 2015).

Dentre as expressões culturais que ocorrem no município, como formas de resgate da cultura e identidade afro-brasileira, está o jongo, forma de expressão que integra percussão de tambores, canto e dança também conhecido como Tambu, Tambor e Caxambu. Característico da região sudeste do país, era praticado pelos trabalhadores escravizados de origem bantu da África Meridional, nas lavouras de café e de cana-de-açúcar. Desde 2005, está inscrito no livro das formas de expressão do IPHAN, como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Em Vassouras, há o grupo “Caxambu Renascer de Vassouras”. Seus membros fundadores são descendentes de antigos jongueiros que viam seus pais e seus avós entoarem cânticos que falavam do cotidiano, da opressão, dos desafios e da magia da vida, da brincadeira e da alegria.

O grupo compõe uma rede de Cultura Popular do Médio Paraíba, que possibilita a transmissão oral das tradições que contribuíram para o fortalecimento da cultura popular na região. O Pontão de Cultura do Jongo / Caxambu, iniciado em 2008, é um programa desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com quinze comunidades jongueiras do Sudeste, e a Rede de Jovens Lideranças Jongueiras do Sudeste.

Outra manifestação cultural tradicional de Vassouras é a Caninha Verde, dança de origem portuguesa da região do Minho, coreografada em pares, introduzida no Brasil durante o ciclo da cana-de-açúcar. Presente em várias regiões do Brasil, foi desenvolvendo alguns particulares em cada região. Os músicos utilizam instrumentos como a sanfona e o pandeiro e os dançarinos fazem a coreografia, utilizando bastões para marcar o passo, com batidas alternadas formando a grande roda.

Conforme analisa Monteiro (2014), em sua pesquisa histórica e entrevistas com antigos brincantes e representantes, a Caninha Verde passou por uma série de transformações ao longo dos anos, no processo de sair do ambiente rural e ir para a cidade. O autor cita os grupos Caninha Verde dos bairros Morro da Vaca e Grecco e do distrito de Ferreiros, todos com influência do grupo relacionado às comunidades do entorno da fazenda Monte Alegre (MONTEIRO, 2012).

A capoeira soma-se a essas manifestações culturais que fazem parte de Vassouras. Em 2007, foi inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão do IPHAN e, em 2014, reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Na Capoeira se expressam simultaneamente “o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais de herança africana - notadamente banto - recriados no Brasil” (IPHAN). Em 2016, Vassouras chegou a hospedar os Jogos do Interior, uma das principais competições de capoeira entre municípios do interior do Rio. Apesar de não estar no cadastro nacional de Capoeira do IPHAN, o município possui projetos desenvolvidos por especialistas que instruem jovens e crianças em aulas de capoeira.

Entre as festas tradicionais que ocorrem na cidade, está a Folia de Reis. Presente em Vassouras há mais de 120 anos, a Folia de Reis ou Reisado mistura religiosidade e cultura popular, associada a uma tradição cristã de origem portuguesa, trazida para o Brasil no século XVIII. O cortejo é composto por músicos instrumentistas e cantores, dançarinos, palhaços e outras figuras folclóricas, organizados sob a liderança do Capitão da Folia. A celebração oficial da festa é em 6 de janeiro, onde os grupos de Folia de Reis realizam a entrega de suas bandeiras e tocam a tradicional chula. No entanto, durante todo o ano, as folias de Vassouras se apresentam em eventos organizados pela Prefeitura. O município de Vassouras conta com diversos grupos de Folia de Reis, muito populares na cidade e nos distritos, e chega a receber, às vezes, a visita de grupos de Folia de outros municípios.¹¹

Outra prática festiva é a Festa de Santa Rita de Cássia, dedicada à padroeira dos desamparados e Santa das causas impossíveis. A festa traz programações diversas com atividades religiosas e culturais. Os fiéis percorrem as principais ruas de Vassouras e as ruas do bairro Madruga, onde existe a Igreja de Santa Rita, além de arrecadar alimentos para doação.

No contexto de uma cidade histórica, como é Vassouras, certamente, a interpretação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico é pressuposto para concepção da legislação urbanística, com vistas à adoção de mecanismos que contribuam

¹¹ A Folia de Reis é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial Fluminense pela Lei Estadual n.º 7819, de 20 de dezembro de 2017.

para sua salvaguarda e valorização. Nesse sentido é importante observar que, apesar do protagonismo assumido pelo conjunto histórico tombado pelo patrimônio histórico nacional, o patrimônio de Vassouras não se limita necessariamente a ele. Outros bens de interesse local para preservação podem ser identificados e merecer individualmente, em conjunto ou por sua inserção na paisagem. É preciso ressaltar também que, apesar do conjunto tombado estar sob tutela de um órgão federal, o IPHAN, a preservação desse patrimônio é responsabilidade de todos. E por isso o município pode e deve adotar medidas a seu alcance para essa finalidade, o que, no âmbito do Plano Diretor e da legislação urbanística, significa moldar o zoneamento urbano e os parâmetros urbanísticos e construtivos na perspectiva de preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico.

Além da inserção do conjunto tombado no sítio de Vassouras, pode-se dizer que a paisagem também é um valor a ser preservado, especialmente os morros que envolvem a cidade. Assim, em consequência serão asseguradas as condições de promoção da resiliência também de seu patrimônio histórico-cultural pela afirmação e visibilidade da paisagem cultural que, ao enquadrá-lo, não só conservará os atributos singulares que o compõem, mas o valorizará, na associação com a qualificação paisagística e com dispositivos que garantam e estimulem a preservação ambiental de seu território. (MIRANDA, 2017).

A UNESCO, em 1992, estabeleceu como conceito de Paisagem Cultural, a interação entre o ambiente natural e as atividades humanas, onde se criam tradições, folclore, arte e outras expressões da cultura, resultando em uma paisagem natural modificada. “Os espaços urbanos e rurais que, em todo o território nacional, podem ser chancelados como paisagem cultural, são aqueles em que a vivência ou a ciência humana imprimiu marcas ou reconheceu valores, tornando-as suporte dos cenários, conhecimentos e das realizações que exemplificam, singularizam ou excepcionalizar a interação do homem como o meio natural.” (IPHAN/Depam/2007, p. 3).

É nesse cenário que a cachaça está inserida, como um elemento fundamental presente na cultura vassourense.

2. A cachaça como Patrimônio Alimentar

Desde 2003, com base em um movimento liderado pela Unesco, diversos países - inclusive o Brasil, têm se preocupado em estabelecer leis com vistas à proteção do patrimônio imaterial ou intangível. (SANTOS; OLIVEIRA, 2017).

Patrimônio imaterial é aquele que reúne práticas e domínios da vida social, forjando elementos da identidade de um grupo. Esses bens são transmitidos, geração a geração, de forma oral e pelo convívio diário. É aí que o saber fazer de alguns alimentos entra na categoria de patrimônio cultural. No que diz respeito a essa pesquisa, o reconhecimento da cachaça como patrimônio cultural imaterial se trata do entendimento do produto como uma marca cultural do país e, por isso, um atrativo turístico. (SANTOS; OLIVEIRA, 2017).

De acordo com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a cachaça é um tipo de aguardente que se extrai por fermentação e destilação das borras do melaço da cana-de-açúcar. Bastante popular no Brasil, foi por muito tempo estigmatizada como "bebida de pobre". Atualmente, vê-se um movimento de ruptura desse estigma, muito influenciado pela produção artesanal e pela difusão do entendimento da cachaça como um patrimônio cultural brasileiro. Nesse sentido, o termo "cachaceiro" vem sendo considerado pejorativo.

Ainda segundo a EMBRAPA, para que o produto receba a denominação de cachaça, deve obedecer aos parâmetros estabelecidos pelo Decreto n° 2314, de 4 de setembro de 1997, que regulamenta a padronização e classificação de bebidas. O produto, reconhecido como cachaça, caninha, cana ou aguardente de cana, é toda bebida que utilize a cana-de-açúcar como matéria-prima e com sua graduação alcoólica entre 38% e 54% em volume, a 20° C, podendo ainda ser acrescida de açúcar em até seis gramas por litro. Quando a adição de açúcar for superior a seis e inferior a 30 gramas por litro deve receber a denominação de cachaça adoçada, caninha adoçada ou aguardente de cana adoçada.¹²

A cachaça é a terceira bebida destilada mais consumida no mundo e a primeira mais consumida no país. Segundo o Programa Brasileiro de Desenvolvimento da

¹² Cf. "Cachaça". Disponível em: <encurtador.com.br/oIJN9>, conteúdo acessado em 06/06/2021.

Aguardente de Cana, Caninha ou Cachaça (PBDAC), a produção é em torno de 1,3 bilhão de litros por ano, sendo cerca de 75% desse total proveniente da fabricação industrial e 25%, da forma artesanal.

Segundo o Mapa da Cachaça, ao longo de 2021, foram vendidos 7,22 milhões de litros de cachaça no total, um crescimento de 29,52% em relação ao ano anterior. O mesmo aconteceu com o faturamento: enquanto em 2020 o setor faturou U\$ 9,5 milhões (34,8% a menos que em 2019) com as vendas externas, no último ano esse faturamento chegou a mais de U\$ 13,17 milhões, um crescimento de 38,39 %.¹³

Tabela 1

PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE CACHAÇA	
Em dólar	
Países	Valor (em dólar)
Estados Unidos	3,48 milhões
Alemanha	1,88 milhão
Paraguai	1,32 milhão
Portugal	937 mil
França	785 mil

Fonte: Mapa da cachaça, 2022.

¹³ Cf. “Mapa da Cachaça”, disponível em <encurtador.com.br/ijvK5>, conteúdo acessado em 06/09/2022.

Tabela 2

PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE CACHAÇA	
Em litros	
Países	Em litros
Paraguai	1,63 milhão
Alemanha	1,63 milhão
Estados Unidos	903 mil
Portugal	509 mil
França	509 mil

Fonte: Mapa da cachaça, 2022.

A maior parte da produção da bebida está concentrada na região sudeste, com mais de 60% da produção. Também é a região que concentra a exportação da bebida, como se observa nas tabelas a seguir.

Tabela 3

PRINCIPAIS ESTADOS EXPORTADORES DE CACHAÇA	
Em dólar	
São Paulo	6,09 milhões
Pernambuco	1,84 milhões
Rio de Janeiro	1,30 milhão
Paraná	1,23 milhão
Minas Gerais	1 milhão

Fonte: Mapa da cachaça, 2022.

Tabela 4

PRINCIPAIS ESTADOS EXPORTADORES DE CACHAÇA	
Em litros	
São Paulo	3,15 milhões
Pernambuco	1,95 milhão
Paraná	1,15 milhão
Rio de Janeiro	378 milhão
Minas Gerais	248 milhão

Fonte: Mapa da cachaça, 2022.

De acordo com o Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC), as exportações de 2021 por pouco não chegaram aos índices de 2019, período pré-pandemia.¹⁴

No processo, o caldo que sai da moenda ainda não está adequado para a produção. O caldo deve ser filtrado e decantado para separação de impurezas, antes de entrar nas dornas de fermentação. Esse processo é conhecido entre os produtores como processo de separação entre cabeça, coração e cauda da destilação, de forma que os produtos advindos da cabeça (início do processo) e da cauda (fim do processo) são descartados.

Ao longo da fermentação há diversas mudanças no caldo. A liberação de gás, com uma boa formação de espuma, e o aroma agradável do líquido são indicadores de que tudo está indo bem. Quando a fermentação se aproxima do final, há uma redução da espuma e liberação de gases. A finalização da produção ocorre quando o sacarímetro¹⁵ marca zero (0° Brix) ou pela ausência de bolhas na superfície do líquido. Esses dois fatos indicam o final do processo.

¹⁴ Foram localizados dados referentes à exportação da cachaça, mas não localizamos dados recentes sobre a distribuição do consumo da bebida no Brasil, por estados.

¹⁵ O sacarímetro de brix é um instrumento destinado a medir o teor de açúcar em solução. possui unidade em °brix. em sua haste cilíndrica há escala de papel graduada fixada ao vidro. o densímetro possui no fundo do seu corpo chumbo fixado com lacre vermelho. este instrumento não é recomendado para altas temperaturas (acima de 70°C), o excesso de aquecimento pode ocasionar a queima da escala e derretimento do lacre.

Retirado de: <<https://www.biomedh.com.br/003972/densimetro-sacarimetro-brix-0-1001g-mlg-ml-290.html#descricao>> Acesso em: 28/02/2022.

Câmara Cascudo, em *Prelúdio da Cachaça*, cita que a primeira cachaça foi destilada por volta de 1532 em São Vicente, onde surgiram os primeiros engenhos de açúcar no Brasil. Para Cascudo, foram os portugueses que aprenderam as técnicas de destilação com os árabes.

Os portugueses trouxeram para o Brasil a cana de açúcar que já plantavam nos Açores e na Ilha da Madeira. Portanto, acredita-se que a bebida tenha surgido no litoral nordestino, em algum dos primeiros engenhos, no começo do século XVI, data que corresponde ao início da colonização portuguesa no Brasil. Segundo o IBRAC:

Apesar de não haver um registro preciso sobre o verdadeiro local onde a primeira destilação da Cachaça tenha sido iniciada, pode-se afirmar que ela se deu em algum engenho de açúcar situado no litoral do Brasil, entre os anos de 1516 e 1532, sendo, portanto, o primeiro destilado da América Latina, antes mesmo do aparecimento do Pisco, da Tequila e do Rum.

Câmara Cascudo afirma que a mais antiga menção que encontrou a respeito da cachaça, em Portugal, foi numa correspondência de Sá de Miranda dedicada a António Pereira:

Ali não mordía a graça,
Eram iguais os juízes;
Não vinha nada da praça,
Ali, da vossa cachaça!
Ali, das vossas perdizes! (CASCUDO, 2006)

Em meados do século XVIII, com a geração de impostos e o escambo no tráfico de escravos, a cachaça era utilizada como uma espécie de moeda que barateava os custos e aumentava a lucratividade dessa modalidade comercial, sendo a melhor moeda de troca para a obtenção de mais escravos. José C. Curto explica da seguinte forma:

[...] podem ter estado na base deste crescimento volumes mais elevados de cachaça da Baía de Guanabara, com as quantidades importadas da Baía e do Recife a sofrerem uma descida proporcional. O principal porto do sul da terra de Vera Cruz exportou sozinho 2.272 pipas de gerebita para Luanda em 1796, o que representou 52% das suas exportações totais de cachaça. (CURTO, 2002)

Segundo Câmara Cascudo, somente no século XVIII que o nome “cachaça” começou a fazer parte do vocabulário no Brasil e desde o período colonial está fortemente presente em diversos ritos sagrados e festejos populares. Ela é de fundamental importância na maioria dos cultos negros e indígenas, como no Catimbó, na Pajelança,

no Jongo e Candomblé. (CASCUDO, 2006).

A cachaça é um produto que atravessa a história brasileira e, hoje em dia, é considerada um símbolo nacional¹⁶, possuindo um selo de Indicação Geográfica, estabelecido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) desde 2001, com o Decreto 4.062.

Dados de 2021 revelam que 936 são os produtores de cachaça de alambique registrados e um total de 4.969 produtos. O Anuário da Cachaça de 2021 destaca ainda que cerca de 6,9 litros da bebida são consumidos no país, por ano, e que 15,5 bilhões é o que a cadeia produtiva da cachaça movimentava anualmente no Brasil. Ainda como dados relevantes, destaca que 98% dos produtores de cachaça no Brasil são pequenos e médios produtores e que a produção começa na entressafra agrícola, quando o campo desemprega. (BRASIL, 2022).

Atualmente, existem muitas diferenças entre os processos produtivos da cachaça. As grandes indústrias do ramo utilizam colunas de destilação, tanques de aço inoxidável, aditivos químicos para acelerar a fermentação, entre outros. As produções artesanais priorizam a destilação em alambiques de cobre, a fermentação natural, o armazenamento em tonéis de madeira para envelhecimento, além do cuidado com a separação da chamada fração nobre do destilado, que proporciona uma cachaça de alta qualidade.

¹⁶ Segundo pesquisa do Centro de Indústrias de São Paulo, a cachaça é o produto que mais tem a cara do Brasil.

Imagem 2: Alambique de Cobre



Fonte: Embrapa

Segundo Silva (2019), o processo de patrimonialização da cachaça como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil ainda não foi reconhecido oficialmente pelo governo federal. Essa patrimonialização está sendo feita por Estados e municípios que tomaram algumas iniciativas nesse sentido; o órgão responsável diretamente pelo reconhecimento institucional, o IPHAN, não tem a cachaça como um bem registrado.

O Estado do Rio de Janeiro reconhece a cachaça como patrimônio histórico-cultural. A lei, assinada pelo Deputado Luiz Martins, foi elaborada tendo em vista a importância cultural da cachaça como símbolo nacional, assim como Escócia, México e Cuba têm o whisky, a tequila e o rum como bebidas nacionais, respectivamente.

A legislação é uma forma de reconhecimento da cachaça em sua história, cultura e movimentação que gera na economia atualmente.¹⁷

¹⁷ Cf. Lei 6291/12, de 06 de julho de 2012.

No Congresso Nacional, existe um Projeto de Lei (PL) que reconhece a cachaça como patrimônio nacional.

Tradicionalmente os tombamentos de Patrimônio Cultural estavam ligados ao patrimônio edificado, contudo ao longo dos anos o conceito foi sendo alargado para incluir o chamado patrimônio imaterial, também conhecido como intangível. Segundo Vianna (2016):

Patrimônio Imaterial é um conceito adotado em muitos países e fóruns internacionais como complementar ao conceito de patrimônio material na formulação e condução de políticas de proteção e salvaguarda dos patrimônios culturais, sob a perspectiva antropológica e relativista de cultura. Usa-se, também, patrimônio intangível como termo sinônimo para designar as referências simbólicas dos processos e dinâmicas socioculturais de invenção, transmissão e prática contínua de tradições fundamentais para as identidades de grupos, segmentos sociais, comunidades, povos e nações.

No Brasil, o marco legal para a política de patrimônio cultural imaterial é a Constituição Federal de 1988. No Artigo 216 o conceito de patrimônio cultural aparece estabelecido nas dimensões material e imaterial. Abarca tanto os sítios arqueológicos, obras arquitetônicas, urbanísticas e artísticas – bens de natureza material –, quanto celebrações e saberes da cultura popular, as festas, a religiosidade, a musicalidade e as danças, as comidas e bebidas, as artes e artesanatos, mitologias e narrativas, as línguas, a literatura oral – manifestações de natureza imaterial.

É nessa perspectiva que a cachaça vem sendo reconhecida como patrimônio. A cachaça é, desde 2008, Patrimônio Cultural e Imaterial de Pernambuco, segundo estado que mais produz, exporta e consome a bebida. Ela também é reconhecida como patrimônio cultural imaterial do município de Salinas, em Minas Gerais, desde 10 de julho de 2006; no Estado de Minas Gerais como um todo a Cachaça de Alambique é reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado desde janeiro de 2007.

O Estado do Rio de Janeiro figura entre os grandes exportadores de cachaça, mantendo uma tradição que remonta ao século XVIII, quando a região era uma grande produtora a tal ponto que para muitos cachaça era sinônimo de Paraty, cidade do sul do estado do Rio de Janeiro. No estado do Rio de Janeiro a bebida é reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Rio de Janeiro por Lei Estadual aprovada em 06/07/2012 (BRAGA; KIYOTANI, 2015).

A Lei nº 6.291/2012, que “Considera a cachaça como Patrimônio Histórico-Cultural do Estado do Rio de Janeiro”, possui dois artigos: o primeiro repete o título da lei e o segundo diz quando ela entra em vigor (RIO DE JANEIRO, 2012). Por meio de outra lei, a de nº 7.595/2017, o Estado do Rio de Janeiro obriga os bares, restaurantes e hotéis a incluir pelo menos quatro marcas diferentes de cachaças produzidas no Estado em seus cardápios (SILVA, 2019).

3. A cachaça e sua importância como patrimônio vassourense

A expansão da lavoura canavieira no litoral sul fluminense remonta ao século XVIII, com o desenvolvimento comercial do Rio de Janeiro, impulsionada pelo florescimento econômico de Minas Gerais. Situada no litoral, Angra dos Reis e Paraty serviam de entreposto comercial para a grande unidade agroexportadora, comercializando também gêneros de outros centros fornecedores localizados no litoral ou no interior de Minas e São Paulo, além de gêneros de suas próprias lavouras em direção ao porto do Rio de Janeiro.

O acesso a Paraty se dava pela Estrada Real, ou Caminho Velho, que vinha de Minas passando por Guaratinguetá (SP) e Cunha (SP). Essa rota contava com um trecho marítimo até o Rio de Janeiro. O frequente ataque de piratas às embarcações com ouro e pedras preciosas na baía da Ilha Grande incentivou a construção de uma rota terrestre, o *Caminho Novo*, a partir da década de 1770. Antes disso, havia um dinâmico comércio portuário entre o interior e o litoral sul fluminense; a utilização da nova rota desencadearia uma diminuição nos negócios ali realizados, direcionando a economia para a fabricação da cachaça.

A produção da aguardente na região foi então impulsionada por fatores internos, externos e ambientais. Um fato interessante que explica a preferência da produção de aguardente em detrimento do açúcar em Paraty é que, devido à alta pluviosidade da região, o solo encharcado fazia com que a cana ficasse “aguada”, com menor teor de açúcar. Além disso, a umidade dificulta a secagem.

Desde os fins do século XVIII, o produto adquiriu muito valor no comércio de escravizados africanos, apresentando grande vantagem, inclusive, pelo seu baixo custo de produção. De meados dos setecentos até as primeiras décadas do século XIX, a cachaça teve grande peso na entrada de cativos africanos no Brasil, oriundos da África central ocidental:

As bebidas alcoólicas importadas do Brasil continuaram a ser as mais utilizadas para adquirir escravos em Luanda de 1810 a 1830. E, destas, a cachaça permaneceu como a mais importante. Do valor total das bebidas alcoólicas importadas do Brasil pela capital colonial de Angola, durante os anos de 1810-1819 e 1823, a giribita representou 74,8% e 89,6%, respectivamente, ou seja, uma média conjunta de 77%.

De acordo com Costa Filho, a verdadeira base de sustentação de Angra e Paraty sempre foi o porto e a pequena lavoura, com destaque para a fabricação de aguardente, tanto para o comércio interno quanto para exportação.

A ligação da região do Vale do Paraíba com o litoral sul fluminense traz uma de suas melhores expressões com uma das famílias mais opulentas do Brasil Imperial, os Souza Breves, que detinham propriedades que iam da serra ao litoral sul da província fluminense no século XIX. A Fazenda Pinheiro, em Piraí (RJ), onde residia José Breves, era uma das principais produtoras de café na região e atraía viajantes de diversas partes do mundo. Contava também com alambique, com a produção voltada ao consumo interno, que abastecia tanto a fazenda quanto as redondezas de Piraí. Segundo Lamego, a fazenda se distinguia na história do café como símbolo da cultura da época.

Todos os pequenos portos da região do litoral sul fluminense serviram para o escoamento do café, aguardente e, principalmente, contrabando de escravos no século XIX, sendo o café e o tráfico fundamentais para o desenvolvimento urbano de Angra dos Reis.

Na Vale do Paraíba, a cultura canavieira permitia que se plantasse simultaneamente o feijão, o milho e outros gêneros alimentícios. Diferentemente da monotonia da paisagem do Vale do Paraíba do século XIX, com suas extensões de terras cobertas pelo café, a produção no litoral sul fluminense na mesma época contava não só com as plantações de cana para a produção de aguardente, como com uma diversidade de gêneros voltados ao abastecimento regional. A produção de aguardente demandava áreas para os canaviais e outros produtos florestais, como lenha para as caldeiras e madeira para os barris nos quais a cachaça era colocada, preferivelmente feitos da canela (*Ocotea spp.*).

A utilização de lenha na produção da cachaça, no entanto, era menos exigida do que para a produção de açúcar. Segundo cálculos de Dean, o plantio da cana-de-açúcar até 1850 não destruía tanto a floresta a ponto de precisar ser abandonado devido à exaustão da lenha. Para o autor, a produção de cana-de-açúcar no século XIX “foi uma causa claramente secundária para a destruição adicional de florestas primárias”, enquanto o café “significaria uma ameaça mais intensa que qualquer outro evento dos trezentos anos anteriores”.

A relação entre a cachaça e festejos populares também foi observada em

Vassouras, no século XIX, pelo historiador Stanley Stein:

O caxambu¹⁸ com seus ritmos poderosos, com a quase completa ausência de supervisão do fazendeiro, com o uso de palavras africanas para disfarçar as alusões óbvias e os ocasionais tragos de cachaça morna, proporcionaram aos escravos a oportunidade de expressar seus sentimentos em relação a seus senhores e feitores e comentar acerca das fraquezas de seus companheiros. (STEIN, 1990).

Atualmente, Vassouras tem três produtores de cachaça artesanal, todos eles já foram premiados nacionalmente e são expressivos entre os produtores do país. Em 2021, por exemplo, o grupo “Cúpula da Cachaça” reuniu trinta especialistas na bebida como *sommeliers*, professores e *chefs* de cozinha que elegeram as cinquenta melhores cachaças do Brasil. A *Cachaça Magnífica* foi reconhecida e premiada em três categorias diferentes.

A realização da Feira da Cachaça é outro indicador da relevância da cachaça para a cidade. Em 2021, a quarta edição da Feira da Cachaça foi o segundo maior evento da bebida no país. Houve um destaque à Feira pela própria cidade, considerando que os três eventos anteriores aconteceram na antiga Estação Ferroviária, um espaço bem menor que o Centro de Convenções Severino Sombra. O recém-inaugurado Centro de Convenções possui um salão de 2.000m², climatizado e com 400 vagas de estacionamento.

A quarta edição da Feira deveria ter acontecido em 2020, mas foi inviabilizada pela pandemia do Coronavírus. O evento foi uma realização da Prefeitura Municipal de Vassouras, por meio da Secretaria de Cultura, contou com a organização da Cafeína Produções Culturais e com o apoio da Universidade de Vassouras, do Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC), da Confraria do Copo Furado e da Confraria da Lapada. Ao todo, foram representadas quarenta e cinco marcas de cachaça de dez estados do país, dentre eles Minas Gerais e Paraíba.

A estrutura e a dimensão da 4ª Feira mostraram como a cachaça é um produto forte em Vassouras e na região do Vale do Café, com potencial para se tornar um novo produto turístico, seja pela comercialização da cachaça em si, seja pela visita aos alambiques da região, fomentando o turismo cultural na região.

¹⁸ Também conhecido como jongo.

Referências bibliográficas

- ALGRANTI, Leila Mezan, Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América portuguesa. In: VENÂNCIO, Renato P. & CARNEIRO, Henrique. (orgs.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Ed. PUCMINAS, 2005.
- ALMEIDA, Jovino Ribeiro. *O Grecco e sua história*. Vassouras, edição independente, 2000.
- BARRETO, Margarita. Turismo e legado cultural. Campinas, SP: Papirus, 2007. CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2001
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac, 2019.
- _____. Programa de Regionalização do Turismo: espaço ideal para implantação de clusters. *Turismo em Números*, São Paulo, v. 40, p. 24-25, 2005.
- _____. Planejamento Territorial e Dinâmica Local ____ Bases para o Turismo Sustentável. In: RODRIGUES, Balestrini Adyr. (Org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 1997, v., p. 87-98.
- BRAGA, Marcus Vinícius Fernandes; KIYOTANI, Ilana Barreto. A cachaça como patrimônio: turismo, cultura e sabor. *Revista Turismo Contemporâneo*, v. 3, n. 2, p. 254-275, jul./dez. 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. Senado Federal. Conselho editorial. /IPHAN. *Cidades históricas inventário e pesquisa: inventário nacional de bens imóveis e sítios urbanos tombados*. Brasília: Senado Federal, 2007, 303 p. (Edições do Senado Federal, v. 82).
- _____. Ministério do Turismo. *Turismo cultural: orientações básicas*. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Anuário da Cachaça 2021**. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília: MAPA/ACS, 2022.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Prelúdio da Cachaça*. São Paulo: Global, 2006.
- CURTO, José C. *Álcool e escravos*. O comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental. Trad. Márcia Lameirinhas. Lisboa: Ed. Vulgata, 2002.
- FERREIRA, H. C. H.; OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Turismo, comida e patrimônio: políticas públicas no âmbito de áreas protegidas. *Papers do NAEA (UFPA)*, v. 29, p. 92-108, 2020.

GOMES, Pamela Ketulin Mattos. *Que experiência é essa? O projeto Tour da Experiência em Vassouras, 2015/2016*. Seropédica, 2016 (dissertação). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

IGNARRA, L.R. *Fundamentos do Turismo*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LAMEGO, A. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

MIRANDA, KEILLA: *Sítio histórico urbano de Vassouras/RJ e entorno: projeto de uma única cidade*. Dissertação. UFRJ/FAU/PROARQ. Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Maria Amália. Processo de atribuição de valor turístico ao Patrimônio: uma análise através da memória da Política Nacional de Turismo. *Dossiê Turismo: entrecruzamentos de cultura, memória e desenvolvimento*, Arquivos do CMD, Volume 8, N.1. Jan/Jul 2020.

_____. Turismo e Gastronomia: reflexões sobre o patrimônio imaterial alimentar em Minas Gerais, Brasil. *Journal of Tourism and Development*, v. 02, p. 1097-1102, 2017.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Turismo Sustentável*. In: OMT. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001. p. 243 – 260.

RODRIGUES, A.B. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina Toledo. *Planejamento turístico*. São Paulo: Manole, 2006.

SANTOS, Milton. *Natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 2008.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era escravo*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira: 2008.

STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SILVA, Jairo Martins da. *Cachaça: História, Turismo e Gastronomia*. São Paulo: Senac, 2020.

SILVA, Djanilson Amorim da. *Antropologia da cachaça: um estudo sobre produção, circulação e consumo do destilado brasileiro*. / Djanilson Amorim da Silva. –2019.

UNESCO. Textos Base. *Convenção de 2003 para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris: Unesco, 2012.

YÁZIGI, Eduardo. CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.